

Policiais e bombeiros reúnem-se em frente ao Buriti e dão ultimato para o governo reajustar os salários das categorias até o dia 20. Soldados querem piso de R\$ 3,4 mil

PMs ameaçam invadir quartéis

GUILHERME GOULART

DA EQUIPE DO CORREIO

A tensão entre policiais militares e bombeiros e o Governo do Distrito Federal (GDF) aumentou ontem, quando os PMs realizaram o último protesto antes da definição da folha de pagamento das duas corporações para 2004, marcada para o próximo dia 20. Reunidos em frente ao Palácio do Buriti, cerca de 150 homens lançaram um ultimato ao governo. "Se não houver uma definição, vamos radicalizar. Podemos tanto tomar quartéis quanto paralisar os trabalhos", ameaçou o ex-cabo Sidney Patrício, presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros do Distrito Federal (Aspol) e líder do movimento.

A manifestação de ontem começou às 9h e ocorreu há exatos dois meses do primeiro protesto dos militares no DF. A principal reclamação dos 15 mil praças — cabos, soldados e sargentos — é a diferença entre seus vencimentos e os dos cerca de 1 mil oficiais. O piso salarial de um cabo da PM, por exemplo, é de R\$ 1,4 mil. O de um coronel da corporação pode chegar a R\$ 15 mil.

Outra reivindicação é a implementação do plano de carreira das categorias para no máximo cinco níveis — atualmente, são 14 (*leia quadro*). A revolta dos policiais militares tomou proporções ainda maiores depois que o GDF equiparou os salários dos agentes do Departamento de Trânsito do DF (Detran) com os dos policiais civis em R\$ 3,9 mil.

O ex-cabo Patrício explicou que o protesto pacífico em frente à sede do GDF serviu como demonstração de força. "Não queremos uma reunião com o GDF, apenas mostrar o que podemos fazer." Em quatro horas de manifestação, os militares soltaram dezenas de bombinhas e, por três vezes, paralisaram o trânsito no Eixo Monumental.

A movimentação foi acompanhada por aproximadamente mil homens colocados de prontidão pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF). Policiais fardados cercaram o Buriti, ameaçado de invasão pelos manifestantes. Em nenhum momento eles interferi-

Edilson Rodrigues



CERCA DE 150 MILITARES PASSARAM QUATRO HORAS EM FRENTE À SEDE DO GOVERNO: MANIFESTANTES SOLTARAM BOMBINHAS E INTERROMPERAM O TRÂNSITO

AS REIVINDICAÇÕES

● A principal reclamação dos praças — cabos, soldados e sargentos — é a diferença entre seus vencimentos e os dos oficiais. O piso salarial de um cabo da Polícia Militar está em R\$ 1,4 mil, enquanto o de um coronel da corporação é de R\$ 15 mil. PMs e bombeiros

pedem o aumento do piso para R\$ 3,4 mil.

● Outra reivindicação é o enxugamento da estrutura de cargos das duas corporações com a implementação do plano de carreira para no máximo cinco níveis. Atualmente, são 14 níveis.

● PMs e bombeiros querem também a reformulação da Lei de Remuneração. A idéia é acabar com as distorções entre as patentes. Um soldado, por exemplo, recebe R\$ 376 em auxílio-farda. Um coronel, R\$ 2,4 mil.

ram no protesto. Cuidaram apenas de desviar o fluxo de veículos no Eixo Monumental. A segurança do local acabou reforçada pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope) e o Regimento de Polícia Montada (RPMon).

Segundo Patrício, o GDF ainda não apresentou propostas para a categoria. Até agora, três

reuniões foram realizadas com o governo. Segundo os manifestantes, o secretário de Segurança Pública, Athos Costa de Faria apenas ouviu as reivindicações dos militares e acusou o governo federal de demorar no repasse da verba para a segurança pública da capital do país.

Para o próximo dia 20, a cate-

goria organiza uma manifestação em frente ao Congresso Nacional, onde está prevista a discussão da reforma do Judiciário. Os militares não estarão fardados, mas usarão bonés da corporação. "Vamos aproveitar que a data é a mesma da definição da folha de pagamento para novamente protestar."

Grupo de trabalho

Em campanha desde o início do mês, os servidores procuraram os deputados federais do PT para pedir a interferência do Planalto na reivindicação. Um grupo de trabalho com representantes da União e do GDF foi formado para estudar o aumento. O deputado federal Wasny de Roure (PT/DF) acredita que o reajuste será possível, graças à correção de 19% do Fundo Constitucional do DF para 2004 — cerca de R\$ 800 milhões a mais em transferências da União para o governo local.

O porta-voz do GDF, Paulo Forna, não quis comentar as ameaças feitas pelos militares. Ainda assim, ele acredita que o movimento esteja enfraquecendo. "A questão do não repasse integral do Fundo Constitucional dificulta o GDF de pensar na concessão do reajuste", limitou-se a dizer. O secretário de Segurança Pública não quis dar entrevista.